



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640029 - SP (2021/0012652-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : JULIO CESAR DO AMARAL
ADVOGADO : JULIO CESAR DO AMARAL - SP436856
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JUESSY MULLER DE ALMEIDA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JUESSY MULLER DE ALMEIDA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0003563-96.2020.8.26.0520).

O paciente foi condenado como incurso nos arts. 180, *caput*, do CP, e 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69, do CP, à pena 8 anos e 2 meses de reclusão, em regime fechado.

O impetrante interpôs agravo em execução penal contra a decisão que homologou o cálculo de liquidação de penas e considerou o cumprimento de 3/5 para fins de progressão de regime prisional. Defendeu a necessidade de retificação dos cálculos, para constar o lapso de 40%, nos termos da nova redação do artigo 112, inciso V, da Lei de Execução Penal, aduzindo que o reeducando não é reincidente específico em crime hediondo.

O Tribunal de origem negou provimento ao referido recurso.

No presente *writ*, a impetrante sustenta que, com o advento da Lei n. 13.964/2019, que alterou o art. 112 da Lei de Execuções Penais, o lapso a ser utilizado no cálculo para a progressão de regime deveria ser o de 40%, uma vez que se trata de reincidente simples.

Afirma que a exigência do lapso correspondente a 60% da pena para a progressão somente se aplicaria ao reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado, o que não seria o caso dos autos.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja reconhecida a incidência do disposto no inciso V do art. 112 da Lei de Execuções Penais, determinando-se a aplicação da fração de 40% no cálculo para a progressão de regime das penas impostas ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência